

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/XIV/1ª

CONTRATAÇÃO DE MAIS PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NO PESSOAL NÃO DOCENTE

O sistema nacional de educação deve indiscutivelmente ser a força motriz da formação dos alunos de hoje que serão os cidadãos de amanhã e dentro das funções que lhe estão confiadas, deve mesmo procurar não só passar os conhecimentos adequados para o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada aluno dentro da sala de aula, bem como garantir o devido acompanhamento e cuidado fora dela.

Desta forma, além do professor, baluarte imprescindível no transmitir do conhecimento e no alcançar das metas acima mencionadas, torna-se necessário dotar os estabelecimentos de ensino do suficiente pessoal não docente, capaz de garantir o normal decorrer dos trabalhos escolares, quer no controlo e vigilância dos espaços exteriores e de lazer, na limpeza e manutenção das instalações ou até no apoio técnico aos professores auxiliando-os nas valências consideradas adequadas e imprescindíveis.

Nas escolas portuguesas, fruto em primeiro lugar dos efeitos de uma crise que em grande medida resultou do desgoverno de um partido, que já por várias ocasiões nos levou à bancarrota, a par de uma clara desvalorização do sistema nacional de ensino, verifica-se um notório desfasamento entre o rácio de alunos matriculados em cada estabelecimento de ensino e o número de funcionários que o mesmo tem nos seus quadros.

Independentemente do ciclo de estudos a que nos dirijamos, este é um paradigma comum a todos eles, o que resulta na completa incapacidade física em se conseguir responder às exigências dos novos tempos, mas que sobretudo conduz ao esgotamento de todos quantos diária, sofrida mas dedicadamente, mesmo quando os salários não são aqueles que o seu esforço mereceria, e a desvalorização da tutela total e absoluta, dão tudo de si para que nada falte e falhe nas escolas portuguesas.

No entanto, não mais se pode admitir que este cenário se mantenha inalterado. A par de um número de funcionários insuficientes para garantir o normal funcionamento dos trabalhos, assistimos no nosso país à aplicação de uma manta de retalhos em que o pessoal não docente das escolas portuguesas é literalmente “pau para toda a obra”. Tão depressa se pede ao vigilante que faça limpeza, como à contínua que limpe as ervas dos espaços verdes das escolas.

Não vale a pena o executivo bem como as direções das escolas por si mandatadas para tais comportamentos virem desmentir que o mesmo suceda, pois os exemplos e os casos em que os funcionários começam já a dar sinais de saturação total são por demais evidentes para todos continuarmos a assobiar para o lado como se nada se passasse.

Acresce ainda que em várias zonas do país em que proliferam que nem cogumelos, os chamados “centros escolares”, programa faraónico uma vez mais patrocinado pelo partido que nos conduziu à desgraça orçamental em que estamos e da qual não nos conseguimos nem conseguiremos livrar nas próximas décadas, se aglomeraram no mesmo estabelecimento ou nas imediações entre este e outros, alunos das mais variadas idades, nível de estudos e maturidade, o que uma vez mais, sem assegurar o rácio de funcionários necessários a tal realidade, se veio a demonstrar uma total calamidade pública.

O CHEGA não pode compactuar com um regime que tudo exige ao cidadão comum, mas a quem não dá em contrapartida as condições necessárias para que sinta que vale a pena lutar pelas instituições.

O CHEGA não pode compactuar com um sistema nacional de educação em que mais que se fazer ouvidos mocos às queixas e necessidades dos seus funcionários, se lhes indique muitas vezes que mais vale estar calado e tudo aguentar assim, a existirem queixas que mais que não serem atendidas podem muitas vezes desaguar em situações em que os funcionários existentes, já muitos esgotados, são ainda assim alvo de ostracização dos seus superiores.

O CHEGA considera assim imperioso, e por isso desta forma o vem fazer, recomendar ao governo que promova as condições necessárias para contratar mais pessoal não docente para as escolas portuguesas a fim de aliviar a pressão que sobre os hoje existentes se verifica, dignificando assim as suas funções e a função de todo o sistema nacional de educação. E que fique bem expresso que se há dinheiro para que em Portugal exista um governo com cerca de setenta membros, que naturalmente se desdobrará numa imensidão de pessoal de gabinete, motoristas e toda uma vasta panóplia de colaboradores, urge então, repôr a justiça necessária para o desenvolvimento do nosso país.

Vem desta forma, o CHEGA recomendar ao governo que agilize no sentido de serem contratados mais profissionais para o serviço nacional de educação, com especial incidência no pessoal não docente.

São Bento, 18 de Novembro de 2019

O Deputado

André Ventura